

## Carol Rodrigues

É editora de Mundo em A GAZETA  
E-mail: cferreira@redegazeta.com.br

/// Cartas com substâncias tóxicas, explosões em fábricas, posts hackeados, tudo acrescenta uma dose de pânico aos dias que sucedem a um trauma

## O medo, sempre ele

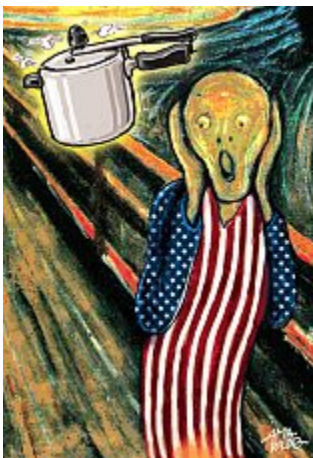
“Urgente: duas explosões na Casa Branca, e Obama foi ferido”. Durante alguns minutos, ontem, essas linhas divulgadas pela agência de notícias Associated Press no Twitter assustaram os usuários do site. O desmentido foi imediato: a conta da AP havia sido invadida por hackers. Mas o alarme falso foi o suficiente para derrubar o índice Dow Jones em mais de 150 pontos durante poucos minutos. Uma reação diante do perigo que pode ser descrita por aquela palavrinha de quatro letras: o medo.

Não tem jeito, é assim, com medo, que os norte-americanos estão se sentindo desde a segunda-feira da semana passada, quando o fantasma do terror voltou a perturbá-los com o atentado na Maratona de Boston. A paranoia adormecida do 11 de Setembro foi cutucada e deve voltar a exercer um domínio, temporário que seja, sobre as instituições que velam pela segurança dos EUA. Cartas com substâncias tóxicas, explosões acidentais em fábricas, posts hackeados em redes sociais, tudo acrescenta

uma dose a mais de pânico aos dias que sucedem a um trauma.

Mas existe também outro receio, mais simbólico: a desconfiança da cobertura jornalística. Com a urgência das informações, muitas vezes colaborativas e acompanhadas pela internet e pela TV, equívocos e excessos acabam sendo cometidos pela afobação e pela necessidade de sair na frente. A CNN, por exemplo, anunciou na quarta-feira a prisão de um suspeito e, da mesma forma que se adiantou, teve que se apressar para desmentir a informação. Antes, o jornal “The New York Post” já havia estampado em sua capa a foto de dois homens sem que eles fossem oficialmente suspeitos do atentado. Um deles, inclusive, se apresentou à polícia após ver a foto equivocada e se disse chocado com a exposição.

Na madrugada de sexta-feira, quando os irmãos Tsarnaev ainda eram perseguidos, também ocorreram outros tropeços da mídia, perdida entre informações de moradores, os agentes mais próximos dos fatos naquele momento. Em quem confiar? Na falta de certezas, reina de novo ele, o medo. As desconfianças acabam também por alimentar teorias conspiratórias, que já recheiam a internet. Entre delírios e sensatez, algumas deixam a pulga atrás da orelha. E aquele medo de que exista algo mais grave por trás de tudo.



## João Baptista Herkenhoff

É magistrado aposentado, professor e escritor  
E-mail: jbherkenhoff@uol.com.br

/// A prisão não reduz a criminalidade. Seu efeito é o oposto. A redução da maioria penal não atenuará o panorama das transgressões à lei

## Crimes de menores

A imprensa tem registrado, como é de seu dever, episódios criminais gravíssimos protagonizados por adolescentes. Dentro da linguagem estatística, esses delitos representam dez por cento do total. Entretanto o crime praticado por um jovem assusta mais do que o mesmo crime praticado por um adulto.

De um adulto que tenha folha corrida negativa não se esperam comportamentos exemplares. Já com relação a uma criança ou adolescente, o que se quer é que esteja na escola, torce-se para que tenha um futuro, a criança é mesmo esperança. Como o inconsciente social é emocional, não numérico, a estatística é abandonada. Um único homicídio, roubo ou até mesmo furto praticado por alguém que tenha apenas 16 anos, fere profundamente a sensibilidade.

À face desta situação, muitas vezes, inclusive de autoridades e líderes sociais, propõem a redução da idade da maioria penal. A ideia alcança apoio popular a partir de um raciocínio apresentado com a aparência de silogismo: a prisão reduz a criminalidade (primeira premissa); mais presos no sistema prisional, menos crimes nas ruas (segunda premissa); logo o encarceramento de menores contribuirá para a redução das taxas de crime (conclusão).

Vamos tentar liquidar com esse suposto silogismo que, na verdade, é um sofisma. A prisão não reduz a criminalidade. Seu efeito é o oposto. A prisão incentiva o crime, é uma escola do crime. Permite o intercâmbio de experiências entre seus atores, aprimora as práticas delituosas. O aumento da população carcerária, longe de constituir prevenção do crime, é instrumento eficaz para seu recrudescimento.

Pesquisas científicas no Brasil e no exterior sustentam as duas afirmações acima. Mas não devo me alongar. Estou escrevendo um artigo para jornal, e não uma tese acadêmica. Sendo falsas as premissas, a conclusão é enganosa. A redução da maioria penal não atenuará o panorama das transgressões à lei.

A proposta de redução da idade da maioria penal esconde um problema: evita o seu enfrentamento. O que a opinião pública deve exigir dos governantes é: a) políticas públicas para assegurar vida digna a crianças e adolescentes; b) mudanças estruturais que ataquem os verdadeiros males do país, em vez de “tapar goteiras” com falsas soluções; c) respeito ao crescimento da cidadania que ocorreu no Brasil, o que leva parcela significativa do povo a rejeitar leis de fácil aprovação, porém de nenhum resultado prático.

O sistema carcerário não é um sucesso, de modo a que se pensasse ser um mal privar crianças e adolescentes da possibilidade de desfrutar os benefícios do sistema. Muito pelo contrário, é péssimo. Como se pretende então incorporar um contingente de crianças e adolescentes a um sistema falido?

## Ana Carolina Simões Ramos

É bióloga, doutora em Genética e coordenadora-geral do 1º Simpec-ES

/// A expansão da agropecuária no Estado reduziu a Mata Atlântica a menos de 10% da sua área original

## Preservar para termos um planeta sustentável

Para os padrões brasileiros, o Espírito Santo é um Estado pequeno situado no Nordeste da Região Sudeste, circundado pelo imenso Oceano Atlântico e por três dos mais notórios Estados brasileiros. Mas essa descrição capixaba não consegue ocultar uma imensa riqueza paisagística, representada por uma variedade de ecossistemas, como as formações marinhas, os manguezais, as restingas das planícies costeiras, as ma-

tas de tabuleiros, as matas da encosta atlântica, as matas de altitude, a vegetação rupestre dos “pães de açúcar” e os campos de altitude acima dos 2 mil metros, na Serra do Caparaó.

A exuberância dessa vegetação já chamava a atenção de viajantes naturalistas do século XIX, que não só se encantaram com a riqueza da flora e da fauna, mas também testemunharam grandes impactos antrópicos, como o uso do fogo para

destruir a vegetação nativa.

A expansão dos bananais, cafezais, eucaliptais e, de uma forma ainda mais devastadora, das pastagens, reduziu a Mata Atlântica – que antes cobria mais de 80% da superfície do Estado –, a menos de 10% de sua área original. Esse impacto alarmante dizimou os habitats naturais da flora e fauna nativas, deixando isolados fragmentos de ecossistemas nativos. O que restou é ainda mais vulnerável a antigos impactos, como a exploração madeireira, a coleta de plantas ornamentais, os incêndios florestais, a crescente urbanização e a poluição ambiental.

Todo esse impacto certamente levaria a uma das principais consequências da ocupação desordenada do território estadual: a extinção prematura

de espécies. Preocupado com esse fenômeno, o curso de Ciências Biológicas da Faesa realizará, de 8 a 11 de maio, o 1º Simpósio de Ecossistemas do Espírito Santo – Simpec-ES. O objetivo é dar luz a esse tema e trabalhar a importância da conservação dos ecossistemas para contribuir para um planeta mais sustentável.

Realizar um evento para tratar de um assunto tão precioso, que é a riqueza dos ecossistemas capixabas, representa, portanto, não só uma oportunidade de estreitar laços entre pesquisadores atuantes na região, com os principais grupos de pesquisa do estado, mas, sobretudo, de trazer à comunidade científica informações sobre o status de conservação do Espírito Santo.